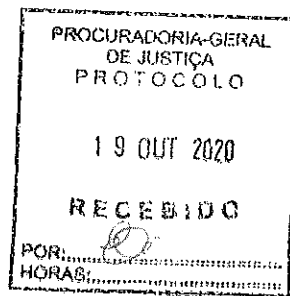


Ofício nº 078/2020

Porto Alegre, 19 de outubro de 2020.

Excelentíssima Senhora  
**Promotora de Justiça dos Direitos Humanos**  
Rua Santana, 440 – 7º andar



As instituições abaixo signatárias solicitam sua apreciação e manifestação para a situação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre descrita a seguir:

- A partir da flexibilização nas medidas de proteção contra a covid-19 autorizada pelo governo estadual para o território de Porto Alegre, a Prefeitura estabelece regramento através de decretos e protocolos, incluindo os procedimentos específicos para o retorno do atendimento presencial na rede municipal de ensino - RME/POA;
- O governo municipal, através do Secretário de Educação, determinou que esse retorno às atividades deveria seguir um calendário com previsão de início no dia 28/09 contemplando a educação infantil já a partir desse dia;
- Do total de 98( noventa e oito) escolas da RME/POA, 73(setenta e três) delas, através de seus Conselhos Escolares, órgão máximo de gestão dessas unidades escolares, encaminharam documento público por processo SEI ao Secretário de Educação, com a análise da situação de cada uma, á luz das normativas criadas pelo próprio gestor dessa rede, concluindo que NÃO ESTÃO EM CONDIÇÕES DE RETORNAR.
- Outras 14 (quatorze) escolas receberam a visita da CSST/SMED – (Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho/SMED) resultando em um relatório desta comissão, apontando também as suas inadequações para o retorno.
- NENHUMA das escolas da RME/POA assinou a AUTO DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SANITÁRIA prevista nas normativas acima citadas, inclusive, como uma das condições para o retorno;

Com isso, trazemos para reflexão que:

- Mesmo com a flexibilização autorizada e as normativas criadas pelo próprio município, referências da análise da situação relatada acima, as escolas não receberam, por parte do gestor, o aporte necessário para atingir várias das metas estabelecidas pelo mesmo e garantir o retorno seguro às atividades presenciais;
- Leve-se em conta também a situação caótica das unidades de saúde sem fluxo estabelecido para a retaguarda das escolas, como por exemplo, para a identificação de surtos e testagens, sem critérios para a suspensão das atividades nesses casos.
- Ainda, a flexibilização permitiu que não se instalassem os COE – (Centro de Operação de Emergências) Municipal e local tendo como uma das consequências a ausência de participação das instancias de controle social e das entidades planejamento das ações.
- O gestor municipal, além de não reconhecer essa situação, ainda ameaça com abertura de sindicância as direções das escolas que não iniciarem o atendimento no prazo estabelecido e assedia moralmente os/as trabalhadores/as para que reiniciem o atendimento dos alunos mesmo sem condições sanitárias para tal.

Outrossim, informamos que serão enviados para esse endereço eletrônico, na próxima segunda-feira, dia 19/10, um conjunto de documentos que corroboram as informações citadas.

Nos colocando também a disposição para, em audiência, tratarmos do tema em tela,

Agradecemos antecipadamente



**Sindicato dos Municipários de Porto Alegre**

**Conselho Municipal de Educação**

**Conselho Municipal de Saúde**



## **Sindicato dos Municipários de Porto Alegre**

Rua João Alfredo, 61 – Porto Alegre/RS Fone 3228.2325

e-mail: [simpa@simpa.org.br](mailto:simpa@simpa.org.br) - site: [www.simpa.org.br](http://www.simpa.org.br)

---

**Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho/Smed**

**Comitê Popular Estadual de Acompanhamento da Crise Educacional no Rio Grande do Sul**

**Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre**

**Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa-RS**